ALGORITIMADO · CFO-AS-A-SERVICE PARA SETORES REGULADOS

# Manual Fiscal da Associação de Pacientes 2026 / 2027

Imunidade, IBS/CBS e as obrigações que continuam de pé.
Um guia prático para associações canábicas e entidades sem fins lucrativos que precisam decidir agora — antes de a regra valer.

Gabriela Rocha · Contadora, CRC-RJ 106.268/O-0 · CEO e fundadora da Algoritimado
Santos–SP · Edição de setembro de 2026, revisada em 10/11/2026 · Material gratuito, não é consultoria jurídica ou tributária

ANTES DE TUDO

# 1. A sua associação é imune ou isenta? Não é a mesma coisa

**Imunidade vem da Constituição e o legislador não pode retirar. Isenção vem da lei e pode ser revogada a qualquer tempo. A diferença decide o que você precisa provar — e com que frequência.**

Na prática da associação de pacientes, essa distinção aparece em três momentos: quando o contador classifica a entidade, quando a fiscalização pede documento, e agora, quando o sistema do IBS e da CBS precisar saber o que fazer com cada operação sua.

O ponto que quase ninguém diz em voz alta: **imunidade não é um carimbo que se ganha uma vez**. É uma condição que se mantém. Se a entidade deixa de cumprir um dos requisitos, ela não perde um benefício no futuro — ela pode ser cobrada do passado. A âncora disso é o art. 32, §1º da Lei nº 9.430/96: a suspensão da imunidade ou da isenção "terá como termo inicial a **data da prática da infração**".

> **O que mudou em 2026:** a Lei Complementar 214/2025 reescreveu o mapa. A imunidade das entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos está no **art. 9º, III**, e o **§3º** diz que ela se aplica *exclusivamente* a quem cumpre, de forma cumulativa, os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional. Não há meio-termo.

## O que este manual responde

1. Quais são os requisitos que a entidade tem de cumprir, em linguagem de checklist
2. Se a contribuição que o associado paga entra ou não no campo do IBS e da CBS — e por que a resposta provavelmente não é a que circulou na imprensa
3. Por que a imunidade **aumenta**, e não reduz, o custo por paciente
4. O que a associação continua obrigada a entregar, mesmo imune
5. Como o controle de estoque por lote deixou de ser assunto só sanitário
6. Por que a farmácia de manipulação ainda não é a saída que parece ser

**Uma advertência honesta.** Vários pontos deste manual estão em aberto na legislação, e nós dizemos isso onde acontece, em vez de fingir certeza. Material que promete segurança onde a norma não deu é o que quebra na primeira fiscalização. Onde há dúvida, o manual mostra o dispositivo e indica o que precisa ser decidido com assessoria.

A BASE DE TUDO

## 2. O teste do art. 14 do CTN

**Antes de qualquer discussão sobre IBS, CBS ou imposto de renda, a entidade precisa passar por um teste de três requisitos cumulativos. Falhou em um, falhou no teste.**

| Requisito | O que significa na rotina da associação |
|---|---|
| **Não distribuir patrimônio ou renda**, a qualquer título | Nenhuma parcela do resultado pode ir para dirigente, associado ou terceiro a título de participação. Reembolso de despesa comprovada não é distribuição; "ajuda de custo" sem documento é. |
| **Aplicar integralmente os recursos no País**, na manutenção dos objetivos institucionais | Compra de insumo importado é aplicação no objetivo, não é remessa. Já pagamento a pessoa no exterior sem contrato e sem vínculo com o objeto social é exatamente o que derruba o requisito. |
| **Manter escrituração em livros revestidos das formalidades**, capaz de assegurar a exatidão | É aqui que a maioria das associações canábicas tropeça. Planilha de WhatsApp não é escrituração. Este é o requisito que conversa diretamente com o controle de estoque do capítulo 8. |

**Leia como um CFO leria:** os dois primeiros requisitos são decisões de governança, tomadas uma vez e respeitadas sempre. O terceiro é *trabalho mensal*. É o único que custa dinheiro todo mês, e é justamente o que costuma ser cortado quando o caixa aperta — com a consequência de colocar os outros dois em risco por falta de prova.

### O que o estatuto precisa dizer

- Vedação expressa de distribuição de resultado, em cláusula própria
- Objeto social que descreva a atividade de assistência a pacientes de forma verificável, e não genérica
- Destinação do patrimônio em caso de dissolução para outra entidade congênere
- Previsão de que a contribuição do associado destina-se à manutenção da entidade — e a discussão do capítulo 4 sobre o que isso significa de verdade

A PORTA DE ENTRADA

## 3. A associação canábica é "instituição de assistência social"?

**A imunidade do art. 9º, III não é para qualquer entidade sem fins lucrativos. Ela é para instituições de educação e de assistência social. A associação de pacientes precisa se enquadrar em uma dessas duas — e isso se prova pelo que ela faz, não pelo que o CNPJ diz.**

> **LC 214/2025, art. 9º:** "São imunes também ao IBS e à CBS os fornecimentos: […] **III** – realizados por partidos políticos, inclusive seus institutos e fundações, entidades sindicais dos trabalhadores e **instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos**".
> **§3º** – "A imunidade prevista no inciso III do caput deste artigo aplica-se, **exclusivamente**, às pessoas jurídicas sem fins lucrativos que cumpram, **de forma cumulativa**, os requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)."

Para a associação de pacientes, o enquadramento como assistência social é defensável: ela presta assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade de saúde, sem exigência de contrapartida econômica proporcional, e opera sem finalidade de lucro. Mas **defensável não é automático**. O que sustenta esse enquadramento é o conjunto: estatuto, prática efetiva, prestação de contas e critério de acesso.

> **Ponto em aberto. Não localizamos**, até o fechamento desta edição — nem no Diário Oficial, nem no repositório de Soluções de Consulta da Receita —, manifestação específica da administração tributária sobre o enquadramento de associações canábicas no art. 9º, III da LC 214. A leitura acima é técnica e defensável, não é posição consolidada. Trate como tese a sustentar com documentação, não como direito líquido e certo.

### O flanco que um fiscal ataca primeiro — e como respondê-lo

Existe uma tensão que precisa ser enfrentada, e não escondida: o **art. 12 da Lei 9.532/97** descreve a instituição imune como aquela que coloca os serviços **"à disposição da população em geral"**, enquanto o **art. 10, II da RDC 1.014** impõe **atendimento exclusivo a associados**. Lido de forma apressada, o modelo associativo pareceria incompatível com a imunidade.

A defesa existe e é sólida. O Supremo Tribunal Federal, na **ADI 1802**, declarou inconstitucionais dispositivos do art. 12 e seguintes da Lei 9.532 por invadirem matéria reservada à lei complementar — no mesmo sentido do **Tema 32** de repercussão geral. E a LC 214, no art. 9º, §3º, remete **exclusivamente ao art. 14 do CTN**, e não à Lei 9.532. Já para a **isenção** do art. 15, o próprio texto legal fala em serviços colocados à disposição do **"grupo de pessoas a que se destinam"** — redação que acomoda a exclusividade sem esforço.

### O que fortalece o enquadramento

- Critério de acesso publicado, com atendimento a pacientes de baixa renda documentado
- Prescrição médica como condição de acesso — o que ancora a atividade na saúde

- Relatório anual de atividades com número de pacientes atendidos e perfil socioeconômico
- Política de gratuidade ou de contribuição reduzida, formalizada e aplicada

O PONTO CENTRAL

## 4. A contribuição do associado paga IBS e CBS?

**Circulou na imprensa que "associações sem fins lucrativos ficaram isentas dos novos tributos". O texto da lei é bem mais estreito do que a manchete — e a palavra que estreita tudo é "não contraprestacional".**

> **LC 214/2025, art. 6º, XII** (incluído pela Lei Complementar nº 227, de 2026):
> "O IBS e a CBS não incidem sobre: […] **XII** – as contribuições associativas estatutárias, **de natureza não contraprestacional** e destinadas à manutenção das associações civis sem fins econômicos que atendam aos requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional)."

### Antes da imunidade, duas perguntas mais simples

O primeiro teste não é sobre benefício, é sobre incidência. A LC 214 define **operação onerosa** como "qualquer fornecimento com contraprestação" (art. 4º, §2º) e, no §3º, III, diz que **"é irrelevante a obtenção de lucro com a operação"**. Depois, o art. 21, I define contribuinte como quem fornece "no desenvolvimento de atividade econômica, de modo habitual ou em volume que caracterize atividade econômica".

Ou seja: **não ter finalidade lucrativa não afasta, por si, a sujeição passiva**. É por isso que a discussão da natureza da contribuição precisa ser resolvida no estatuto, e não no discurso.

### Por que isso é um problema para a associação canábica

A não incidência exige que a contribuição seja **não contraprestacional**, ou seja, que o associado pague para manter a entidade, e não para receber algo em troca. É o caso do clube, do sindicato, da associação de bairro.

Só que, na associação de pacientes, a relação costuma ser outra: **o associado paga a contribuição e recebe o óleo**. Há correspondência direta entre o valor pago e o produto entregue — muitas vezes com tabelas por volume, por concentração ou por frasco. Isso é contraprestação econômica, ainda que a entidade não tenha fim lucrativo e ainda que o valor seja apenas o custo.

> **A consequência prática.** Se a contribuição for lida como contraprestacional, ela **não entra** na não incidência do art. 6º, XII. A entidade então depende exclusivamente da imunidade do art. 9º, III — que tem exigência própria (o art. 14 do CTN) e, como mostra o capítulo 5, **não alcança as compras**. São duas portas diferentes, e a imprensa tratou como se fosse uma só.

### A expressão não é nova — e isso ajuda você

"Não contraprestacional" não nasceu com a reforma. A Receita já convive com o conceito na isenção da Cofins: a IN RFB nº 2.121/2022, art. 23, §1º, fala em contribuições e mensalidades "recebidas de associados ou mantenedores, **sem caráter contraprestacional direto**", e o **§2º** acrescenta que

**também** são receitas próprias as "decorrentes do exercício da **finalidade precípua** da entidade, **ainda que auferidas em caráter contraprestacional**".

> **E há um precedente muito próximo do seu caso.** Na Solução de Consulta Cosit nº 19, de 20/04/2022, a Receita afirmou que "*a venda de medicamentos sem caráter econômico e destinados exclusivamente para os seus associados não é causa suficiente para afastar a isenção*" do IRPJ da associação civil. É exatamente a operação descrita neste manual — produto entregue só a associados. A régua que a Receita usou é prática: **sem caráter econômico**, ou seja, sem margem, sem concorrência e sem excedente.
>
> ⚠️ Duas ressalvas honestas: a solução trata de **IRPJ**, não de IBS e CBS; e a flexibilização do §2º está em **instrução normativa**, que a Receita pode reescrever, enquanto o "não contraprestacional" do art. 6º, XII está **na lei complementar** — e por isso é mais duro.

## O que dá para fazer com isso

1. **Separar o que é contribuição de manutenção do que é entrega de produto.** Uma entidade pode ter contribuição associativa fixa, destinada à manutenção, e tratar a entrega do produto por outro mecanismo, com outra natureza jurídica e outro tratamento.
2. **Revisar a tabela.** Contribuição cujo valor varia conforme o volume de óleo retirado é, na prática, preço. Contribuição fixa, igual para todos os associados da mesma categoria, sustenta melhor a natureza não contraprestacional.
3. **Documentar a política de gratuidade.** Se parte dos pacientes recebe sem pagar, a correspondência entre pagamento e entrega se enfraquece — e isso ajuda a tese.
4. **Decidir isso em 2026**, com assessoria, e não em 2027 com o sistema já rodando.

> **Em uma frase:** a isenção que você leu no jornal existe, mas ela foi escrita para a associação que *não entrega nada* em troca da mensalidade. A associação de pacientes precisa provar que se encaixa nisso — ou reorganizar a relação para se encaixar.

O QUE NINGUÉM CONTOU

# 5. Por que a imunidade não reduz o custo por paciente

**Ser imune significa não pagar tributo sobre o que você fornece. Não significa comprar sem tributo. E, no desenho do IBS e da CBS, essa diferença custa dinheiro todo mês.**

> **LC 214/2025, art. 9º, §4º:** "As imunidades das entidades previstas nos incisos I a III do caput deste artigo **não se aplicam às suas aquisições** de bens materiais e imateriais, inclusive direitos, e serviços."
>
> **Art. 51:** "A imunidade e a isenção **acarretarão a anulação dos créditos** relativos às operações anteriores." **§2º** – a regra não se aplica às exportações nem às operações dos incisos IV e VI do art. 9º: livros, jornais, periódicos e papel de impressão (IV) e radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita (VI). Repare que os **fonogramas do inciso V ficaram de fora da exceção** — e a associação também.

## O mecanismo, em três passos

1. A associação **compra** insumo, energia, frete, análise laboratorial. Em cada nota, o fornecedor destaca IBS e CBS. A imunidade da associação não afasta esse tributo: ele é do fornecedor, e vem embutido no preço.
2. Em regra, quem paga tributo na entrada se credita e compensa na saída. Mas a associação **é imune na saída**, então não há débito contra o qual compensar.
3. E a porta fecha por dois caminhos: pelo **art. 47**, só o contribuinte sujeito ao **regime regular** apropria créditos — a associação imune, em regra, nem chega a apropriá-los; e, ainda que houvesse crédito, o **art. 51** o anularia, proporcionalmente ao peso das operações imunes sobre o total (§1º).

> **Resultado:** o IBS e a CBS pagos na compra **morrem no meio da cadeia** e viram custo definitivo. Em uma entidade que não pode vender — como veremos no capítulo 6 —, esse custo tem um único lugar para ir: **o custo por paciente**.

> **E compare com o vizinho de página — é o contraste que prova a tese. Art. 52:** "No caso de operações sujeitas a **alíquota zero**, serão **mantidos** os créditos relativos às operações anteriores." Ou seja: no desenho do novo sistema, **ser imune é pior do que ter alíquota zero**. Quem tem alíquota zero mantém o crédito; quem é imune, não.

Uma ressalva, porque a frase "não significa comprar sem tributo" tem uma exceção estreita: o **art. 146, §1º, II** zera IBS e CBS na aquisição de **medicamentos registrados na ANVISA** por entidades de saúde imunes com CEBAS que comprovem prestação ao SUS. Isso **não alcança a associação de pacientes típica** — e vale registrar que produto com Autorização Sanitária pela RDC 1.015 **não é medicamento registrado**, nem o óleo entregue pela associação.

## Por que isso é diferente de hoje

No sistema atual, boa parte do tributo sobre insumo já é custo para a associação, porque ela não apura crédito de PIS, Cofins ou ICMS como empresa do regime não cumulativo. A diferença é que o novo sistema **torna esse custo visível e mensurável** nota a nota — e, com base de cálculo mais ampla, potencialmente maior.

Para o conselho fiscal, isso significa uma coisa muito concreta: **o orçamento de 2027 não pode repetir o de 2026**. O mesmo volume de produção vai custar diferente, e a conta precisa ser refeita com a alíquota de referência aplicada sobre a cesta de compras da entidade.

DO INSUMO AO PACIENTE

## 6. O mapa do tributo, etapa por etapa

**Este é o percurso real de uma associação que cultiva e entrega. Em cada etapa, marcamos onde o tributo entra e por que ele não sai.**

| Etapa | O que acontece | Onde o tributo entra |
|---|---|---|
| **1. Constituição e governança** | Estatuto, CNPJ, conselho, registro | Serviços contábeis e jurídicos contratados — tributados, sem crédito |
| **2. Autorização** | Salvo-conduto ou autorização judicial para cultivo; futuramente, o sandbox da RDC 1.014 | Honorários e custas — tributados, sem crédito |
| **3. Insumos** | Semente ou muda, substrato, nutriente, energia, água, climatização | Todos tributados. Importação de semente soma tributo na entrada aduaneira |
| **4. Cultivo** | Mão de obra, responsável técnico, segurança | Serviços de terceiros tributados; folha própria tem encargo próprio |
| **5. Processamento** | Extração, solvente, equipamento, envase | Insumo e serviço tributados |
| **6. Análise laboratorial** | Canabinoides, metais pesados, pesticidas, microbiologia | Serviço laboratorial tributado — e é item obrigatório, não opcional |
| **7. Rotulagem e logística** | Embalagem, rótulo, transporte ao paciente | Tributados |
| **8. Entrega ao associado** | Dispensação mediante prescrição | **Sem débito** — seja por imunidade, seja por não incidência. E é exatamente por isso que nada do que veio antes se recupera |

**Custo que muita associação ainda não orçou:** a Resolução nº 7, de 30/07/2026, do Conselho Federal de Farmácia (DOU de 14/08/2026) disciplina a atuação do farmacêutico como responsável técnico pelas atividades de cultivo, produção de material vegetal, colheita, beneficiamento primário, armazenamento e sistema de qualidade de Cannabis. **Atenção ao verbo:** o art. 1º diz que o farmacêutico *poderá* exercer essa responsabilidade, e o §3º ressalva a atuação de outros profissionais legalmente habilitados — a resolução, por si, **não obriga** a contratar farmacêutico. A exigência de responsável técnico vem da legislação sanitária e, no sandbox, do art. 11, I da RDC 1.014, que fala em "responsável técnico legalmente habilitado" **sem indicar a profissão**. O que a

> resolução faz é **desenhar o escopo do trabalho** — e é esse escopo que precifica o honorário, recorrente e tributado na entrada.

**Como usar esta tabela:** leve-a para a reunião de orçamento com a coluna da direita transformada em números. Some o tributo estimado de cada linha, divida pelo número de pacientes atendidos no período, e você terá o dado que falta em praticamente todas as associações do país: **quanto do custo por paciente é tributo que não volta**.

O GOLPE SILENCIOSO

## 7. O que a LC 224/2025 mudou — e o que a Receita devolveu

**A notícia que circulou foi "Receita recua e preserva o terceiro setor". Verdade pela metade: a entidade foi preservada, mas quem doa para ela, não.**

A Lei Complementar 224/2025 instituiu uma redução linear de incentivos fiscais federais, e o terceiro setor foi inicialmente alcançado. Houve depois um recuo por instrução normativa — mas o desfecho definitivo não veio de ato da Receita: **veio de lei**.

> **LC nº 235, de 27 de agosto de 2026, art. 11** — deu nova redação ao art. 4º, §8º, V da LC 224/2025 para excepcionar expressamente os benefícios previstos no **art. 15 da Lei nº 9.532/1997** e no art. 13, IV, e art. 14, X, da MP nº 2.158-35/2001. Na prática: **IRPJ, CSLL, PIS sobre a folha à alíquota de 1% e Cofins sobre atividades próprias ficaram preservados por lei**, e não por interpretação administrativa.

**Uma notícia menos boa para quem é OSCIP ou Organização Social.** A redação **anterior** do dispositivo excepcionava o benefício fruído por pessoa jurídica sem fins lucrativos **nos termos das Leis nº 9.790/1999 e nº 9.637/1998** — ou seja, citava OSCIP e OS pelo nome. A LC 235 **substituiu** o inciso, e essas duas leis **saíram da letra do dispositivo**. Na prática as entidades seguem cobertas pelo art. 15 da Lei 9.532, mas a âncora normativa mudou — e benefício específico daquelas leis, fora do art. 15, perdeu exceção expressa.

Para a associação, isso é uma boa notícia com uma consequência de método: o que sustenta a preservação é hoje um dispositivo legal, que é bem mais difícil de mudar do que um anexo de instrução normativa. Vale citar a LC 235 e não a IN quando a entidade precisar se defender.

### Preservaram a entidade e cortaram quem doa

Há um segundo movimento, anterior à lei, que quase ninguém leu até o fim — e que conferimos no Diário Oficial.

> **IN RFB nº 2.305/2025**, Anexo Único, **item 26**: "*Doações a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos — Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos…*"
>
> **IN RFB nº 2.307/2026** (DOU de **23/02/2026**, Edição 35, Seção 1, p. 100) substituiu o Anexo Único. Nele, o **item 26 aparece apenas como "(Revogado)"** — e entra o **item 34**, que preserva a isenção do art. 15 da Lei 9.532/97 para as associações civis.

**Leia os dois movimentos juntos:** a **entidade foi protegida** — primeiro pelo item 34 do anexo, depois pela LC 235 — e a **dedução de quem doa para ela saiu da lista de benefícios preservados**. A leitura mais provável é técnica — o item tratava de benefício fruído por terceiro, e

não pela entidade qualificada —, mas **a instrução normativa não traz exposição de motivos**, então isso é inferência, não declaração oficial. O efeito prático, esse sim, é objetivo: **a dedução deixou de constar da lista de benefícios preservados**.

⚠️ **Mas confira se ela já era sua.** O item revogado era estreito: alcançava doações a entidades que prestem **serviços gratuitos** em benefício de empregados da doadora ou da comunidade, com **limite de 2% do lucro operacional**, e condicionava a dedução a que a beneficiária tivesse **utilidade pública ou OSCIP reconhecida pela União**. Muita associação de pacientes **nunca gerou essa dedução** — e, para essas, o efeito prático é zero.

**O que fazer com isso:** se a sua associação capta doação de empresa, converse com o doador **antes do fechamento do exercício**. O benefício dele mudou, e quem descobre isso sozinho, na declaração, costuma reduzir a doação do ano seguinte sem dizer por quê. Antecipar a conversa custa uma ligação e vale um orçamento.

---

**Nota de verificação:** este capítulo está ancorado na LC 224/2025 e no ato da Receita Federal que a regulamentou. Como houve divergência de datas entre as fontes secundárias consultadas, conferimos o ato no Diário Oficial antes da publicação desta edição. Se a sua leitura for anterior a essa conferência, trate o capítulo como alerta a confirmar com seu contador.

A CONTA QUE NÃO SOME

## 8. As obrigações que a imunidade não dispensa

**Imunidade é sobre não pagar tributo. Não é sobre deixar de declarar. E a entidade que não declara perde justamente a prova de que merece a imunidade.**

⏰ **A sua data depende do que a entidade entrega.** A LC 214/2025, art. 60, §2º, I, diz que a obrigação de emitir documento fiscal eletrônico "aplica-se inclusive a operações imunes, isentas ou contempladas com alíquota zero ou suspensão". O **Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4, de 30/07/2026** (DOU de 31/07/2026, ed. 143, Seção 1, p. 25) escalonou o início **por documento**, e não por atividade: NF-e modelo 55 desde 03/08/2026 — mas o **§4º do art. 1º** adiou para **1º/12/2026** o início para o sujeito passivo de IBS e CBS **não contribuinte do ICMS** que fornece ou movimenta bens materiais; serviços da lista da LC 116 em geral, **1º/10/2026**; subitens 1.03, 1.05, 1.09 e 16.01, plataformas digitais, bens imateriais e demais serviços, 1º/12/2026; optantes pelo Simples, 1º/01/2027.

**Onde a sua associação cai:** a entidade que **entrega produto** ao associado e não tem inscrição estadual cai, em regra, em **1º/12/2026**; a que documenta a operação como **serviço** da lista da LC 116 cai em **1º/10/2026**. Qual das duas leituras vale é exatamente a decisão do capítulo 4 — e é por isso que ela não pode esperar.

**Atualização de 08/11/2026:** a NF-e sem inscrição estadual não aceita CFOP de venda, de doação nem de "outra saída" de mercadoria (NT 2026.007). Antes de concluir que a sua data é 1º/12, leia a seção "A primeira NF-e da associação sem inscrição estadual", ao fim deste capítulo.

### Não confunda com a regra do Simples

Circulam três datas misturadas. A de **1º/11/2026**, da Resolução CGSN nº 191/2026, vale para **microempresa e empresa de pequeno porte optantes pelo Simples** — e **associação não pode optar pelo Simples**, porque a LC 123 alcança a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário — e não a associação civil. Se o seu contador estiver se guiando pela CGSN 191, ele está olhando a norma errada.

### O que continua de pé, mesmo sem empregados

| Obrigação | Quando se aplica | Prazo |
|---|---|---|
| **ECF** | Sempre. **Imunes e isentas não têm dispensa** — a dispensa da IN RFB 2.004/2021 alcança só Simples, órgãos públicos e inativas | Último dia útil de julho |
| **ECD** | A norma **dispensa** quando a soma de receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados | Último dia útil de junho |

| | | |
|---|---|---|
| | for **inferior a R$ 4,8 milhões** — atingido o valor, a entrega é obrigatória. ⚠️ O teste não é "receita": doação entra na conta | |
| **DCTFWeb + MIT** | Sempre. A norma cita "as imunes e as isentas" com todas as letras. ⚠️ O **PIS sobre a folha** não vai pelo MIT: é escriturado **no eSocial** | **Último dia útil do mês seguinte** · 13º: 18/12/2026 |
| DCTFWeb sem movimento | Entidade sem fatos geradores entrega **uma única vez**, no primeiro mês da situação — não repete todo ano | 1º mês sem movimento |
| **eSocial** | Cadastro do empregador (S-1000) e, não havendo movimento, o fechamento correspondente. ⚠️ Desde 2023 o "sem movimento" é **envio único** — acabou a repetição todo janeiro | Eventos periódicos: dia 15 do mês seguinte |
| **EFD-Reinf** | Se houver retenção, serviço tomado ou pagamento a pessoa jurídica. ⚠️ A norma dispensa a escrituração na ausência de fatos, mas o **Manual de Orientação da Receita pede o evento "sem movimento"** na primeira competência da situação e em janeiro de cada ano. **Na dúvida, envie** | Dia 15 do mês seguinte |
| **Informe de rendimentos** | A beneficiários com IRRF. ⚠️ **A DIRF acabou, o informe não** | Último dia útil de fevereiro |
| **Escrituração contábil e demonstrações** | Sempre — é o terceiro requisito do art. 14 do CTN e a norma contábil do terceiro setor | Contínua |
| **DET** — Domicílio Eletrônico Trabalhista | Sempre. Alcança quem está sujeito à inspeção do trabalho, **tenha ou não empregados** | Ciência automática em 15 dias |
| **Documento fiscal eletrônico** | Inclusive em operação imune ou isenta (LC 214, art. 60, § 2º, I) | **1º/10/2026** para serviços da lista da LC 116 · **1º/12/2026** para fornecimento de bens sem inscrição estadual e demais casos (Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026) — ver capítulo 4 e a seção da NF-e de 1º/12, ao fim deste capítulo |

| | | |
|---|---|---|
| Obrigações municipais | Cadastro de imunidade ou isenção e declaração mensal do ISS, inclusive como tomadora | Varia por município |

## O que acabou — e o que as pessoas acham que acabou

- **DIRF: extinta** para fatos a partir de 1º/01/2025. A última foi a de fevereiro de 2025. **Mas o informe de rendimentos continua obrigatório** — este é o erro que mais deve gerar malha fina em 2026.
- **RAIS: não foi extinta, foi absorvida.** A obrigação legal continua existindo e é cumprida dentro do eSocial. Dizer "a RAIS acabou" é impreciso, e um fiscal desmonta.
- **CAGED:** idem — cumprido pelo eSocial desde 2020. O que existe com esse nome hoje é estatística, não obrigação.
- **DCTF em papel:** substituída pela DCTFWeb com o módulo MIT.
- **Atenção ao prazo da DCTFWeb:** circulam três versões — dia 15, dia 25 e último dia útil. A vigente é a **última**. Checklist com "dia 15" está errado.
- **Siscoserv:** extinto desde 2020. Ainda aparece em lista de obrigações por aí.

## Uma obrigação nova que quase ninguém mapeou: o e-BEF

A Receita instituiu o **Formulário Digital de Beneficiários Finais (e-BEF)**, em vigor desde 1º de janeiro de 2026, e a norma **cita "associações" com todas as letras** entre as obrigadas. Não havendo pessoa natural que se enquadre como beneficiária final, informa-se quem exerce a administração — na associação típica, **a diretoria**.

> **Antes de entrar em pânico, veja se a sua entidade já está na fila.** As entidades sem fins lucrativos entraram em um **cronograma por etapas**, e a única etapa que as alcança é a primeira, **a partir de 1º/01/2027**, e **restrita às destinatárias de verbas públicas** — convênio, termo de fomento ou de colaboração, emenda parlamentar, subvenção. **Para a associação que não recebe verba pública não há etapa fixada**: ela não está em mora hoje.

- **Se a sua entidade recebe verba pública:** a contagem começa em 1º/01/2027, e os prazos são de 30 dias da inscrição no CNPJ, da alteração dos beneficiários ou da passagem de dispensada a obrigada; ou anualmente, até 31 de dezembro.
- **A penalidade é pesada:** multa e, sobretudo, **suspensão da inscrição no CNPJ** com impedimento de transacionar com bancos, precedida de intimação.

> **Por que isso importa mais do que parece:** o descumprimento aqui não para na multa — chega à **suspensão do CNPJ**, e uma associação com CNPJ suspenso não movimenta conta, não recebe repasse e não assina convênio. Se a sua entidade recebe qualquer verba pública, a agenda do e-BEF precisa ser montada ainda em 2026, para chegar pronta em janeiro.

**O resumo que interessa ao conselho:** a entidade imune ou isenta não deixa de declarar — ela declara *para provar*. Cada uma dessas entregas é um documento que sustenta o enquadramento no dia em que ele for questionado. É por isso que cortar a contabilidade quando o caixa aperta é a economia mais cara que uma associação pode fazer.

⏰ PRAZO DE 1º/12/2026 · SEÇÃO NOVA, 08/11/2026 · ATUALIZADA EM 10/11/2026

# 8. A primeira NF-e da associação sem inscrição estadual

**A data veio do Ato Conjunto nº 4. O passo a passo veio depois, numa nota técnica de 11 páginas, e ele muda a conversa para quem entrega produto ao associado.**

> **O que saiu.** A **Nota Técnica 2026.007, "Emissão por Contribuinte exclusivo do IBS/CBS", versão 1.11**, aprovada pelo Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS nº 10 (DOU de 29/10/2026), permite emitir a **NF-e modelo 55 sem inscrição estadual**. A autorização entra em **produção em 16/11/2026**. A obrigação continua em **1º/12/2026** (Ato Conjunto nº 4, art. 1º, § 4º). Até 08/11/2026, o DOU só traz os Atos Conjuntos RFB/CGIBS nº 4, 5 e 6, e nenhum deles muda essa data.

## As regras que a nota fiscal precisa passar

| Regra da NT 2026.007 | O que significa para a associação | Rejeição |
|---|---|---|
| **Sem IE de ICMS ativa** no cadastro estadual (CCC) | Se a associação tem inscrição estadual habilitada, ela não é "contribuinte exclusivo do IBS/CBS" e não usa esta rota | 163 |
| **CNPJ "Ativa"** na Receita Federal | Inapta, suspensa, baixada ou nula = nota rejeitada. No nosso censo (base do CNPJ de outubro de 2026), **40 das 380 associações canábicas** estavam assim: 31 inaptas, 6 baixadas, 2 suspensas e 1 nula | 179 |
| **Autorização só na SVRS** (Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul) | Vale para todos os estados. O emissor da associação precisa apontar para o serviço da SVRS, e não para a SEFAZ do estado | 166 |
| **Regime tributário compatível** com o cadastro da Receita | Associação não é do Simples: informa CRT 3 (regime normal) | 180 |
| **Sem ICMS; grupo IBS/CBS em todo item** | O grupo IBS/CBS é obrigatório inclusive na operação imune: a imunidade vai na classificação tributária do item, e não na ausência do grupo | 161 · 162 |
| **NFC-e proibida até 2033** | A entrega no balcão não sai em cupom (modelo 65). Sai em NF-e modelo 55 | 156 |
| **CFOP só da lista liberada** | É aqui que a entrega de produto trava. Veja abaixo | 159 |

## O ponto que trava: o CFOP da entrega

A Tabela de CFOP oficial (Informe Técnico 2023.002, v2.10, de 04/09/2026) ganhou a coluna **indExcIBSCBS**, que diz quais códigos o emitente sem IE pode usar. São **72 de 620** (o Informe Técnico v2.00, de agosto, falava em 84; as tabelas publicadas em 25/08 e 04/09 marcam 72). Na saída, estão liberados: venda e transferência de bem do **ativo imobilizado**; transferência e devolução de **material**

**de uso e consumo**; remessa e retorno em **comodato ou locação**; **demonstração, feira e conserto**; e devolução de **embalagens**.

**Não estão liberados** o 5.101 e o 5.102 (venda de produção e de mercadoria), o 5.910 (bonificação, doação ou brinde) e o 5.949 (outra saída não especificada), nem os equivalentes interestaduais.

> **Leitura nossa, não norma.** A rota sem IE foi desenhada para quem movimenta ativo e material de consumo, como a empresa de serviço, e não para a entidade que entrega produto todo mês. **Não localizamos**, até 08/11/2026, nota técnica, ato ou orientação que trate da entrega habitual de produto por emitente sem IE. Na prática, a nota da entrega do óleo tende a ser rejeitada nessa rota.

## Na prática: a entrega do óleo ao associado, passo a passo

**Exemplo.** A associação não tem inscrição estadual. Ela entrega a um associado três frascos de óleo, e o associado paga uma contribuição ligada a essa entrega.

1. **É fornecimento de bem.** Havendo contrapartida ligada à entrega, a operação sai da regra da mensalidade não contraprestacional (LC 214, art. 6º, XII; capítulo 4) e passa a ser fornecimento sujeito ao IBS e à CBS.
2. **Exige NF-e a partir de 1º/12/2026.** A associação sem IE é o "não contribuinte do ICMS" do § 4º do art. 1º do Ato Conjunto nº 4.
3. **A nota não passa.** O CFOP que descreve essa saída é o 5.101 (venda de produção própria) ou o 5.102 (venda de produto comprado de terceiros). Nenhum dos dois está liberado para quem emite sem IE, e a SVRS rejeita a nota.
4. **Entregar de graça não resolve.** A doação também exige documento fiscal (Decreto 12.955/2026, art. 115, IV), e os CFOPs de doação (5.910) e de "outra saída" (5.949) também estão fora da lista.
5. **Trocar o CFOP para um liberado é pior.** Na nossa leitura, usar, por exemplo, o código de remessa em comodato para uma entrega definitiva é declarar na nota uma operação que não aconteceu.

> **"Mas a associação já opera sem autorização sanitária."** Enquanto o edital do sandbox da RDC 1.014 não sai, não há via de autorização sanitária da ANVISA para a produção das associações, e muitas operam amparadas em decisões judiciais. Isso não afasta a obrigação tributária. O Código Tributário Nacional manda ler o fato gerador "abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados" (CTN, art. 118). A associação também não é invisível para a Receita: tem CNPJ, CNAE e declarações a entregar, e no nosso censo 31 associações canábicas já aparecem inaptas por omissão de declarações. O risco sanitário e o tributário são separados, e um não cancela o outro.

## O que fazer com a entrega do óleo até 1º/12

☐ Separar, no caixa e na contabilidade, a mensalidade sem contrapartida da contribuição ligada à entrega de produto. Só a segunda exige nota

☐ A partir de 16/11, tentar emitir em homologação a NF-e da entrega com o CFOP que descreve a operação (5.101 ou 5.102) e guardar a rejeição. É a prova de que a impossibilidade está no sistema, e

não na associação

☐ Levar o caso à SEFAZ do estado (a associação deve ter IE?) e, com advogado, avaliar uma consulta formal à administração tributária sobre o documento da entrega

☐ Registrar a decisão em ata, com a data e as fontes consultadas

☐ Acompanhar a tabela de CFOP: se sair versão nova com venda ou doação liberada, a rota sem IE passa a funcionar. Quem se inscreve no aviso do manual recebe a atualização

## Qual é o caminho? Depende de uma pergunta estadual

Pela LC 87/1996, art. 4º, é contribuinte do ICMS quem realiza, "com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial", operações de circulação de mercadoria. Se a entrega ao associado é circulação de mercadoria é uma pergunta para a SEFAZ do seu estado, e a resposta muda a data:

| Situação | Documento e data |
|---|---|
| Associação **com IE** (o estado a trata como contribuinte do ICMS) | NF-e pela SEFAZ do estado, com os campos de IBS e CBS **desde 03/08/2026** (Ato 4, art. 1º, I). A data dela **não** é 1º/12 |
| Associação **sem IE** que só movimenta ativo, material de consumo ou comodato | NF-e sem IE pela SVRS, a partir de **1º/12/2026** |
| Associação **sem IE** que **entrega produto** ao associado | **Ponto em aberto.** A rota sem IE não tem CFOP de saída para essa entrega. Leve a pergunta à SEFAZ (de preferência por consulta formal) e ao contador **antes de 1º/12**, e registre a decisão |
| Associação que documenta a operação como **serviço** da lista da LC 116 | NFS-e **desde 1º/10/2026** (capítulo 4) |

## O que fazer até 1º/12

☐ Consultar a situação do CNPJ na Receita. Se estiver inapta ou suspensa, regularizar antes de qualquer outra coisa

☐ Conferir no cadastro do seu estado (Sintegra) se existe inscrição estadual ativa para o CNPJ

☐ Decidir com o contador em qual das quatro situações acima a associação está, e registrar em ata

☐ Perguntar ao fornecedor do emissor se ele já trata a NT 2026.007 e a autorização na SVRS (produção em 16/11)

☐ Configurar CRT 3 e o grupo IBS/CBS em todos os itens, e testar em homologação, que já está aberta

Fontes: NT 2026.007 v1.11 (Portal da NF-e, 30/10/2026); Ato Técnico Conjunto nº 10/2026; IT 2023.002 v2.10 e Tabela de CFOP de 04/09/2026; Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4/2026, art. 1º, I e § 4º; LC 214, arts. 6º, XII, e 348, § 1º; Decreto 12.955/2026, art. 115, IV; CTN, art. 118; LC 87/1996, art. 4º. Conferidas em 10/11/2026.

ONDE O SANITÁRIO ENCONTRA O CONTÁBIL

# 9. Estoque, lote e rastreabilidade

**Na associação canábica, o controle de estoque deixou de ser rotina de almoxarifado. Ele é, ao mesmo tempo, exigência sanitária, prova contábil e sustentação da imunidade.**

## Três exigências que pedem o mesmo dado

| Quem exige | O que exige | O que acontece se faltar |
|---|---|---|
| **Sanitária** | Rastreabilidade por lote e balanço de massa: quanto entrou de matéria-prima, quanto saiu de extrato, quanto se perdeu, quanto foi descartado | Não conformidade, e risco na renovação da autorização |
| **Contábil** | Planta viva é ativo biológico com mensuração própria; na colheita, vira estoque. Perda e descarte exigem baixa documentada | Demonstração que não fecha, e parecer do conselho fiscal com ressalva |
| **Tributária** | Escrituração "capaz de assegurar a exatidão" — o terceiro requisito do art. 14 do CTN | **Risco à própria imunidade** |

**O ponto que costuma doer:** apreensão, perda de cultivo ou descarte sanitário precisam de **baixa documentada** e, quando previsível, de provisão. Sem isso, viram diferença de estoque sem explicação. E diferença de estoque em entidade imune é exatamente o tipo de achado que coloca o art. 14 em discussão — não porque houve fraude, mas porque não há prova do contrário.

## O mínimo viável de controle

- Numeração de lote desde a semente ou muda, mantida até o frasco entregue
- Registro de perda com data, quantidade, motivo e responsável — inclusive perda vegetativa
- Conciliação mensal entre o controle físico e a contabilidade, assinada
- Vinculação entre lote entregue e associado atendido, com a prescrição correspondente
- Guarda dos laudos de análise junto ao lote, e não em pasta separada

**Vantagem escondida:** a entidade que monta esse controle para a ANVISA ganha de graça o dado que o capítulo 10 exige para calcular o custo por paciente. É o mesmo número, usado três vezes.

A CONTA QUE O CONSELHO VAI PEDIR

# 10. Custo por paciente: como montar

**É a métrica que sustenta a contribuição, defende a entidade em fiscalização e responde ao juiz quando a autorização é discutida. E quase nenhuma associação tem.**

| Componente | Como levantar |
|---|---|
| Custo direto de produção | Insumo, energia, mão de obra direta, análise laboratorial, embalagem — por lote |
| **Tributo não recuperável** | IBS e CBS destacados nas notas de entrada do período, que não geram crédito (capítulo 5) |
| Custo de conformidade | Responsável técnico, contabilidade, jurídico, taxas, seguro |
| Estrutura | Aluguel, segurança, software de rastreabilidade, administrativo |
| Perdas | Perda vegetativa, descarte sanitário, quebra — valorizadas pelo custo do lote |
| **÷ pacientes atendidos** | Número de associados que efetivamente receberam no período, não o total de associados |

**Como apresentar:** uma página, com a série dos últimos doze meses e a linha do tributo não recuperável destacada em separado. É esse destaque que transforma um número de gestão em **argumento de política pública** — e é ele que sustenta conversa com parlamentar, com o Ministério Público e com o juiz do processo de autorização.

## Três erros comuns

1. **Dividir pelo total de associados**, e não por quem recebeu. Infla o desempenho e desmonta na auditoria.
2. **Deixar a perda fora da conta.** Perda é custo real e precisa aparecer, sob pena de o custo unitário parecer menor do que é.
3. **Misturar doação com contribuição.** São naturezas diferentes, com tratamento fiscal diferente, e a mistura compromete a discussão do capítulo 4.

A SAÍDA QUE AINDA NÃO ABRIU

## 11. Farmácia de manipulação: por que ainda não resolve

**Quando o cultivo trava, a alternativa que sempre aparece é a manipulação magistral. A resposta honesta hoje é: está permitida em tese e inexequível na prática.**

> **RDC 1.015/2026, art. 72:** "É permitida a manipulação de preparações magistrais contendo como IFA, exclusivamente, o fitofármaco CBD, obtido a partir da Cannabis sativa L., **conforme regulamentação a ser editada pela Anvisa**." E o parágrafo único completa: "A regulamentação de que trata o caput estabelecerá as condições, os procedimentos e os requisitos sanitários relativos às atividades prévias e decorrentes da comercialização dessas preparações em território brasileiro."

Três fatos que precisam ser lidos juntos:

1. **A proibição expressa acabou.** O art. 76 da RDC 1.015 revogou a RDC 327/2019, cujo art. 15 vedava a manipulação de fórmulas magistrais com derivados de Cannabis. Isso mudou em maio de 2026.
2. **A autorização é norma em branco.** O art. 72 depende de regulamentação que, até o fechamento desta edição, **não foi editada** — e não há consulta pública, minuta ou prazo publicados.
3. **Falta a porta do insumo.** A **Lista E** (plantas e fungos proscritos) do Anexo I da Portaria SVS/MS 344/98 mantém "Cannabis sativa L." no item 1, e o Adendo 1 proíbe "a importação, a exportação, o comércio, **a manipulação** e o uso". Há exceções vigentes — cadeia industrial e medicamentos registrados, importação por pessoa física pela RDC 660, cultivo com THC ≤ 0,3% (que passa à Lista C1) e ambientes regulatórios experimentais autorizados pela ANVISA —, **mas nenhuma delas alcança a manipulação magistral em farmácia**.

> **O que mudou de verdade:** o art. 39 da RDC 1.015 fala em dispensação "em farmácias ou drogarias", sem a antiga restrição a farmácias *sem* manipulação. Ou seja, a farmácia magistral já pode **dispensar** o produto industrializado. O que ela ainda não pode é **manipular**.

No Supremo Tribunal Federal, o **Tema 1341** discute os limites do poder regulamentar da ANVISA exatamente nesse ponto, com repercussão geral reconhecida em outubro de 2024 e **sem data de julgamento**. Como a norma questionada foi revogada em maio de 2026, **há quem sustente** perda parcial de objeto — mas, até o fechamento desta edição, não há nos autos manifestação nesse sentido: o último andamento é de janeiro de 2025.

> **Para quem está planejando:** não trate a magistral como "vai liberar". Trate como ativo regulatório com dois gatilhos independentes — a publicação da regulamentação do art. 72 e a pauta do Tema 1341. Modele o cenário-base sem ela.

O CADASTRO QUE NINGUÉM OLHA

# 12. O CNAE da sua associação

**Não existe CNAE de cannabis no Brasil. E o código que a sua associação usa hoje é o que a mantém dispensada de licenciamento — até o dia em que ela precisar de outro.**

## O buraco na classificação

Varremos as **1.332 subclasses da CNAE 2.3**, vigente desde 1º/01/2019, nos três campos: denominação, notas explicativas e lista de atividades. As palavras **cannabis**, **maconha**, **canabidiol**, **THC** e **psicotrópico** aparecem **zero vez**. "Cânhamo" aparece **três vezes, em duas subclasses, e só na lista de atividades**: fiação e beneficiamento de fibras (1312-0/00) e tecelagem (1322-7/00) — sempre como fibra têxtil.

E não é herança: a classe **0128 da ISIC Rev. 4 da ONU** — "*Growing of spices, aromatic, drug and pharmaceutical crops*", cuja nota explicativa inclui expressamente o cultivo de plantas usadas como droga e narcóticos — **não tem correspondente próprio no Brasil**. O cultivo de erva medicinal existe aqui, mas diluído na nota da subclasse 0121-1/01 (Horticultura), entre "hortaliças condimentares e medicinais". **A classificação brasileira sabe fiar e tecer cânhamo e sabe plantar erva medicinal — o que ela não tem é uma classe para a planta controlada.**

## O que as associações usam hoje

Consultamos, no Cadastro CNPJ da Receita Federal em 23/09/2026, uma amostra não probabilística de nove associações de pacientes. O padrão é consistente: todas são **associação privada**, quase todas carregam um código de atividade associativa, e **todas as nove** declaram **7210-0/00 — pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais**.

| Código | O que é | Regime de risco |
|---|---|---|
| **9430-8/00** | Associações de defesa de direitos sociais — o mais comum como principal | **Baixo risco**: dispensa de atos de liberação |
| **9499-5/00** | Atividades associativas não especificadas anteriormente | Não consta de lista federal nominal → cai na **regra residual de médio risco**, com vistoria posterior |
| **7210-0/00** | P&D em ciências físicas e naturais — inclui medicina, farmácia e agronomia | **Baixo risco** |
| 0116-4/99 · 0142-3/00 | "Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente" e produção de mudas certificadas — o "kit" de quem foi atrás de autorização judicial. ⚠️ O enquadramento é por **analogia** | Médio risco, com vistoria posterior |

| | | |
|---|---|---|
| | (oleaginosa), não por texto normativo | |
| 2110-6/00 · 2121-1/03 · 2123-8/00 | Farmoquímicos, fitoterápicos, preparações farmacêuticas | 🔴 **Alto risco, vistoria prévia** |
| 4771-7/02 | Farmácia com manipulação | 🔴 **Alto risco, vistoria prévia** |

**O ativo — e o seu limite.** O 7210-0/00 que todas já têm é de baixo risco e cobre, na nota explicativa do IBGE, pesquisa em medicina, biologia, bioquímica, farmácia e agronomia. ⚠️ **Mas não confunda com uma rota de alíquota zero.** O **art. 156 da LC 214** zera IBS e CBS sobre P&D prestado por instituição científica sem fins lucrativos **apenas quando o tomador é** a administração pública direta, autarquia ou fundação pública, **ou** um contribuinte sujeito ao regime regular. **Serviço prestado ao paciente associado não entra.** A regra serve a quem faz pesquisa contratada — e pode virar linha de receita complementar para a associação que pesquisa sob contrato, não um benefício sobre a entrega do óleo.

**O passivo escondido.** Cinco das nove associações consultadas declaram **8640-2/99** — complementação diagnóstica e terapêutica. Esse código é de **alto risco** na classificação sanitária, exige vistoria prévia e, no caso de uma associação de pacientes, **não traz contrapartida regulatória nenhuma**. É candidato a revisão cadastral.

## A RDC 1.014 exige algum CNAE? Não

O texto do sandbox é silencioso: não menciona CNAE, objeto social, estatuto nem natureza jurídica. O que ele exige é **pessoa jurídica constituída há pelo menos dois anos**, atendimento **exclusivo a associados** e **vedação absoluta de atividade comercial**. ⚠️ E há um detalhe que decide quem pode sonhar com o edital: os dois anos contam **da data de publicação da Resolução**, 03/02/2026 — **quem se constituiu depois de 03/02/2024 está fora, por mais que o edital demore**. Há ainda uma lacuna relevante: a norma **não diz uma palavra sobre como a entidade se financia** — nada sobre contribuição, mensalidade, custo ou ressarcimento.

## Onde o CNAE passa a importar de verdade

O sandbox é temporário e não autoriza comercializar. A saída definitiva é a autorização sanitária de cultivo ou de fabricação — e essas dependem de AFE e AE. É aí que a regra aparece: o pedido exige **CNPJ contemplando a atividade econômica pleiteada**, com objeto compatível.

**E aqui está a armadilha de calendário.** Trocar o CNAE de uma associação não é um clique: é **assembleia geral → alteração estatutária → averbação no registro civil → alteração do CNPJ → petição de AFE e AE**. São quatro atos antes do quinto. A entidade que descobrir isso no dia em que o edital sair vai perder o edital.

### E na reforma tributária, o CNAE decide alguma coisa?

Praticamente nada. Em toda a LC 214, a sigla CNAE aparece **uma única vez**, e é para excluir um serviço de alimentação do regime de bares e restaurantes. O que define regime e alíquota é a **operação**: a classificação do produto e do serviço. No leiaute **nacional** da nota fiscal de serviço não existe campo de CNAE — o padrão ABRASF, ainda usado por muitos municípios, tem; na nota eletrônica de produto o campo existe, é **opcional** e está vinculado à inscrição municipal.

> **Em uma frase:** o CNAE não decide quanto você paga, mas decide **se você pode operar** — e é isso que o torna uma decisão de governança, e não de cadastro. O alinhamento entre estatuto, CNAE e prática efetiva é também o que sustenta a entidade quando a finalidade declarada é questionada.

PARA LEVAR PARA A REUNIÃO

# 13. Checklist e calendário

## Checklist de governança — faça ainda em 2026

- ☐ Revisar o estatuto: vedação de distribuição, objeto de assistência social, destinação do patrimônio
- ☐ Revisar a tabela de contribuição: ela varia conforme o volume entregue? (capítulo 4)
- ☐ Formalizar a política de gratuidade e o critério de acesso
- ☐ Confirmar que a escrituração contábil está regular e em dia — o terceiro requisito do art. 14
- ☐ Definir, com o contador e a SEFAZ, qual documento fiscal a associação emite a partir de 1º/12 e com qual CFOP (capítulo 8)
- ☐ Implantar ou auditar o controle de lote e o balanço de massa
- ☐ Calcular o custo por paciente dos últimos doze meses, com o tributo não recuperável em linha separada
- ☐ Levantar quanto a entidade paga de IBS e CBS embutido nas compras — a base do orçamento de 2027
- ☐ Conversar com os doadores pessoa jurídica sobre a mudança na dedutibilidade
- ☐ Definir quem será o responsável técnico exigido pela via regulatória escolhida — e, se for farmacêutico, dimensionar o escopo da Resolução CFF nº 7/2026

## Calendário

| Quando | O que |
|---|---|
| **2026** | Ano de ajuste do sistema. É a janela para reorganizar estatuto, contribuição e controles — com a regra já conhecida e **sem recolhimento para quem cumprir as obrigações acessórias** (LC 214, art. 348, §1º). Quem não cumprir a acessória perde a dispensa. |
| **16/11/2026** | A NF-e sem inscrição estadual entra em produção na SVRS (NT 2026.007 v1.11). |
| **1º/12/2026** | NF-e obrigatória para o sujeito passivo do IBS e da CBS não contribuinte do ICMS (Ato Conjunto nº 4, art. 1º, § 4º). A entrega de produto sem IE é ponto em aberto (capítulo 8). |
| **2027** | Entrada do novo sistema. A entidade precisa estar com a natureza das suas receitas definida e documentada. |
| **Sem data** | Edital do sandbox da RDC 1.014; regulamentação do art. 72 (magistral); julgamento do Tema 1341 no STF. |

**O recado final.** A imunidade não é um selo, é uma condição que se prova todo mês. E, no novo sistema, provar custa mais barato do que perder: a entidade que reorganiza em 2026 chega em 2027

com a discussão resolvida. A que deixar para depois vai discutir com o sistema já rodando, e com o tributo já dentro do custo.

---

**Quer ajuda para montar essa conta na sua associação?** A Algoritimado atua como CFO fracionado para organizações em setores regulados — cannabis, saúde e agro — e trabalha exatamente nessa interseção entre exigência sanitária e exigência fiscal.

Fale com a gente em **algoritimado.com/pages/faleconosco** ou pelo WhatsApp **wa.me/16573632534**.

**Gabriela Rocha** — Contadora, CRC-RJ 106.268/O-0, CEO e fundadora da Algoritimado, CFO-as-a-Service para setores regulados no Brasil. Atende empresas e organizações em cannabis medicinal, hemp industrial, healthtech, fintech e agtech em todo o Brasil.

**Aviso.** Este material é informativo e educacional. Não constitui consultoria jurídica, contábil ou tributária, nem substitui a análise do caso concreto por profissional habilitado. A legislação citada está em transição e vários pontos aqui indicados estão expressamente em aberto. Edição de setembro de 2026, revisada em 10/11/2026.

**Fontes primárias citadas:** Lei Complementar nº 214/2025 (arts. 4º, 6º, 9º, 21, 47, 51, 52, 60, 146, 156 e 348), com as alterações da Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026 · Lei nº 5.172/1966 (CTN), art. 14 · Lei Complementar nº 224/2025 · LC nº 235/2026, art. 11 · IN RFB nº 2.305/2025 e IN RFB nº 2.307/2026 (DOU de 23/02/2026) · RDC ANVISA nº 1.015/2026 (arts. 2º, 39, 72 e 76) · RDC ANVISA nº 1.014/2026 · Portaria SVS/MS nº 344/98, Anexo I, Lista E · Resolução CFF nº 7, de 30/07/2026 · Lei nº 9.430/1996, art. 32 · IN RFB nº 2.121/2022, art. 23 · Solução de Consulta Cosit nº 19/2022 · IN RFB nº 2.290/2025 (e-BEF) · Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 4, de 30/07/2026 · Nota Técnica NF-e 2026.007 v1.11 e Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS nº 10/2026 · Informe Técnico 2023.002 v2.10 (Tabela de CFOP) · Lei Complementar nº 87/1996, art. 4º · STF, Tema 1341 e ADI 1802.